

O nascimento da observação social sistemática com Harriet Martineau

Fernanda Henrique Cupertino Alcântara¹

Resumo:

Este artigo analisa a obra “*Como observar: morais e costumes*”, de Harriet Martineau, demonstrando que esta foi pioneira em pesquisa sociológica e no desenvolvimento de técnicas para a coleta de dados, problematizou a relação do pesquisador com o objeto e as instituições sociais, a conduta ética e empática. Para tanto, utiliza o método da pesquisa bibliográfica, indicando o pioneirismo de Martineau, ao mesmo tempo em que questiona a sua não institucionalização como fundadora das Ciências Sociais. Conclui que Martineau deixou um legado efetivo, com contribuições teóricas e metodológicas, além de ser considerada a primeira socióloga e metodóloga, por ter realizado uma ampla *pesquisa social* na primeira metade do século XIX.

Palavras-chave: Harriet Martineau; pesquisa de campo; regras metodológicas; teoria sociológica; clássicas da Sociologia

The birth of systematic social observation with Harriet Martineau

Abstract:

This article analyzes the work “How to observe: morals and customs”, by Harriet Martineau, demonstrating that it was a pioneer in sociological research and in the development of techniques for data collection, problematized the researcher’s relationship with the object and social institutions, ethical and empathetic conduct. To do so, it uses the method of bibliographic research, indicating Martineau’s pioneering spirit, while at the same time questioning her non-institutionalization as the founder of Social Sciences. It concludes that Martineau left an effective legacy, with theoretical and methodological contributions, in addition to being considered the first sociologist and methodologist, for having carried out extensive social research in the first half of the 19th century.

Keywords: Harriet Martineau; field research; methodological rules; sociological theory; Classics of Sociology

1) Introdução

Este artigo defende o alargamento do cânone sociológico e o questionamento deste por meio de estudos que identificam e historicizam a contribuição das teóricas para a fundação, a institucionalização da ciência e da disciplina Sociologia. O resgate do conteúdo e da importância da obra de Harriet Martineau (1802-1876) certamente contribui para esse esforço de recontar a história da Sociologia, considerando teóricos e teóricas que efetivamente participaram de sua fundação e institucionalização. O artigo não se debruça sobre as motivações ou o processo de institucionalização do cânone, mesmo porque a primeira seria uma questão sociologicamente impossível de ser respondida e a segunda já foi amplamente abordada, como se percebe na bibliografia de referência. Dessa forma, o artigo discute a relação e as possíveis correspondências entre a obra de Martineau e os clássicos, ou o que atualmente é considerado o cânone, mas não tem por propósito realizar uma

¹ Professora Associada III da UFJF. Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq “Teóricas Clássicas e Sociologia”.

comparação entre as obras de Martineau e as de teóricos como Durkheim, Marx e Weber. Apontar a relação e possíveis correspondências implica em chamar a atenção da(o) leitora(r) acerca da existência desses elementos teóricos muito antes do marco histórico ao qual convencionamos nos referir e indicar trabalhos já realizados sobre esse tema, o que não implica dizer que não seja um objeto interessante e importante que deva ser considerado em outra oportunidade. Ao mesmo tempo abre o debate sobre o legado teórico de Martineau, em temas como a preparação intelectual para pesquisar, a observação da realidade social, a ocorrência de julgamentos de valor, a relação com princípios, a postura simpática do observador e os objetos de análise, estando todos estes elementos presentes no livro *Como observar: morais e costumes* (1838). Estes são temas clássicos da Sociologia em seu momento de institucionalização e, ainda hoje, ocupam um lugar de destaque nas agendas de pesquisa da área.

Ao cabo, recorrendo-se à pesquisa histórica e sociológica, demonstra que esse livro em particular, se não estabeleceu, claramente publicizou um conhecimento denso, analítico e reflexivo sobre o fazer pesquisa. Some-se a isso a autoria e experiência de Martineau, as quais esse livro materialmente prova e situa no tempo, e que se encontram, indissolúvelmente associadas ao nascimento da observação sistemática. Desse modo, este artigo contribui para rever um pressuposto naturalizado na história da Sociologia: Émile Durkheim fundou a metodologia de pesquisa em Ciências Sociais ao publicar o seu consagrado livro *As regras do método sociológico* (1895). Para além da datação histórica, a não referência a *Como observar* no ensino contemporâneo de Sociologia demonstra um processo de invisibilização e apagamento tanto da obra quanto da autora, que pode ser exemplificado pela ausência nos programas e currículos de Sociologia, traduções, publicações e estudos acadêmicos a respeito destas. Nesse sentido, o artigo busca realizar a função que Norbert Elias entendia ser precípua ao sociólogo, o destruidor de mitos, ainda que sejam mitos sociológicos.

2) Clássicas e clássicos

Fomos acostumadas e acostumados a acreditar que devemos aprender o que está definido para ser aprendido. Não nos assustamos com tal pressuposto,

mesmo no que tange à Sociologia. Entretanto, não me parece nada compatível com o ensino de Ciências Sociais a ausência da crítica sobre o que se deve aprender ou do questionamento sobre as motivações para tal conteúdo ser o escolhido. Ao longo da minha trajetória acadêmica não fui apresentada às clássicas da Sociologia e essa não me parece uma exceção à regra, dando a impressão de que sua ausência se devia ao fato de as mulheres não terem contribuído para a fundação e o desenvolvimento da Sociologia (ALATAS e SINHA, 2017; MCDONALD, 2019, 1998, 1993; DEBIA, 2019; ARANGO, 2005; FRITSCH, 1995). Provavelmente isso ocorreu porque, em boa medida, minhas professoras e meus professores também não foram apresentados às teóricas clássicas e porque as obras das clássicas não haviam sido traduzidas ou tornadas acessíveis para a graduação. Além disso, a crença de que existe um esforço descomunal dos professores para oferecer tudo o que é possível aos alunos é desatenta quanto ao fato de que o possível é também produto de uma escolha política, consciente ou não (ADORNO, 2008; ELIAS, 2008), embaralhada a tantas outras (ALATAS e SINHA, 2017; MCDONALD, 2019; CONNELL, 1997), e de puro desconhecimento na ótica do *saber poder* foucaultiano (FOUCAULT, 2017; 2008). Face a tal constatação, parece urgente a necessidade de desnaturalizar tais escolhas e problematizá-las a partir do reconhecimento da exclusão de teóricas pioneiras das Ciências Sociais que deveriam ser, justamente, denominadas clássicas (CONNELL, 2012; MCDONALD, 2019, 1998; 1993; ALATAS e SINHA, 2017; FRITSCH, 1995).

Neste texto em particular, falarei apenas sobre parte do legado deixado por uma das clássicas: Harriet Martineau. Para os que aleguem que ela não poderia ser chamada clássica, pois o termo se refere a consensos da academia, lembro que esses consensos são construídos de acordo com interesses e contingências, não necessariamente considerando-se critérios relativos à densidade e importância da obra produzida, ou quanto ao alcance e repercussão que sua obra obteve à época, datando-a e historicizando-a (CONNELL, 2012). Esses consensos ignoram os pressupostos sociológicos e, por essa razão, precisam ser tomados como objeto de análise e serem decodificados. É uma impropriedade técnica tentar justificar o fato de Martineau não ser considerada socióloga por ela não ter citado a *física social* em seus primeiros escritos, posto que dar o nome não é um ato constitutivo da existência e de um fazer

científico (ALCÂNTARA, 2021). Complementarmente, parece não haver dúvidas de que Auguste Comte (1798-1857) nomeou e interpretou, além de ter justificado, a necessidade de uma ciência da sociedade, mas esse movimento já existia e estava sendo engendrado por intelectuais como Martineau. Por óbvio, foi Comte quem relatou o processo e o registrou no tempo, o que mais tarde foi historicizado e reproduzido de modo androcêntrico. Martineau explicitamente falava sobre a *ciência da sociedade* como um ramo da Filosofia, tanto quanto Comte falava da *física social*, por isso mesmo ela afirmava que aquela caberia aos filósofos (MARTINEAU, 2021, p. 26; ADORNO, 2008). Por outro lado, seu legado é inquestionavelmente produto de uma análise das relações, instituições e do comportamento social, em outras palavras, inegavelmente produziu Sociologia como a conceitualizamos (ADORNO, 2008; ELIAS, 2008; BOUDON, 1995; ARON, 2000).

Não bastasse todo esse cenário, as aulas de Sociologia Clássica, geralmente, apresentam Comte como “pai fundador” da Sociologia enquanto ciência e Émile Durkheim (1858-1917) como primeiro professor, pesquisador e responsável por institucionalizar a disciplina (CONNELL, 1997; ADORNO, 2008; ELIAS, 2008; ARON, 2000). Em contrapartida, o fato de a história das Ciências Sociais ser contada assim não implica que esse pressuposto esteja correto (ALATAS e SINHA, 2017). Afinal, atentando-se para o critério temporal, importância da obra e conteúdo, Martineau é “mãe fundadora”.

Esquecida, apagada e menosprezada na contemporaneidade, essa pesquisadora foi, antes de Comte, uma socióloga (uma “viajante filosófica”, nos termos dela), e antes de Durkheim, uma metodóloga (HILL, 1991; ROSSI, 1973; ALCÂNTARA, 2021; MARTINEAU, 2021). Contemporânea de Comte, mas só tendo conhecido sua obra tardiamente, Martineau falou sobre o estudo “das morais e costumes” e a observação sistemática do comportamento social antes que ele desenvolvesse o que conceituou como *física social* e publicou muitas obras importantes antes que Durkheim nascesse. Por outro lado, Martineau não nomeou a atividade que empreendia de modo diverso do que era corrente no século XIX, a *ciência da sociedade*, pois seu foco ou a questão problema que identificava era que os *relatos de viajante* deveriam adotar uma perspectiva crítica e fundamentada, que reconhecia como sendo filosófica (MARTINEAU, 2021,

p. 26). Tratou, entretanto, de separar os tipos de relato em duas categorias: os do “observador filosófico” e os do “observador não filosófico”. Nos dois casos referiu-se aos “observadores de homens” e fez referência aos “filósofos morais” em alguns momentos (MARTINEAU, 2021, p. 29, 45, 48 e 162). Desde a forma de escrever até o conteúdo e a postura com relação ao que observava, Martineau foi bastante reflexiva e desnaturalizadora, fugindo aos dogmas de toda sorte.

A *física social* foi nomeada por Auguste Comte em 1830, no *Curso de filosofia positiva*, e a Sociologia em 1844, em seu *Discurso sobre o espírito positivo* (ALCÂNTARA, 2021; ARON, 2000). Todavia, a Sociologia foi fundada, de fato, com teoria e prática de pesquisa, por Harriet Martineau no final da década de 1830, com suas três grandes obras: *Society in America* (1837), *Retrospect to western travel* (1838) e *How to observe* (1838). Em sendo assim, o recorte proposto neste artigo tem por objeto a obra *Como observar*, dedicando-se a discutir as contribuições epistemológicas e metodológicas, já que a biografia, produção e contextualização sócio-histórica da autora já foram realizadas em outro trabalho (ALCÂNTARA, 2021). Além disso, já dispomos hoje de material traduzido para o português e trabalhos de comentadores que nos permitem dar um passo adiante da necessária apresentação em si da autora e das obras por ela assinadas, passando a demonstrar sua teoria, metodologia e conceitos. De igual modo, muitas possibilidades de abordagem foram afastadas por fugirem ao propósito do artigo e ao recorte aqui adotado, seja pela estrutura lógico argumentativa, para não fugir do tema central, como também porque o limite quanto ao tamanho do artigo não comportaria uma ampliação do debate proposto ou o investimento em um recorte mais amplo. Assim, questões que perpassam o texto, mas que não sejam fulcrais ao objeto proposto serão referenciadas ou deixadas para serem desenvolvidas em outra oportunidade, exatamente por uma impossibilidade técnica.

Em *Como observar*, o tema central é a metodologia da pesquisa e Martineau estruturou seu livro também a partir de uma percepção metodológica e didática, dividindo-o em três partes: I. Requisitos para observação; II. O que observar; III. Métodos mecânicos (MARTINEAU, 2021). Destaque para a segunda parte, em que a autora se dedica a apresentar e problematizar instituições que são objeto de pesquisa da *ciência da sociedade*, chegando a detalhar a relação entre elas e

o comportamento social, além de indicar variáveis analíticas a serem consideradas em qualquer sociedade ou território. Essa estrutura será esmiuçada a partir do próximo tópico.

Nestes tópicos Martineau desenvolveu seus argumentos e estabeleceu pressupostos a partir de sua experiência como viajante e do *capital cultural* (BOURDIEU, 2008) do qual dispunha. Lógico que, do ponto de vista atual, ela não era apenas mais uma viajante. Martineau foi uma pesquisadora que não só observou a realidade, relatou e analisou o que observava, mas também refletiu sobre as condições da própria observação, da aparelhagem moral e intelectual carregada pelo sujeito que se punha a observar algo. Não por acaso, esse livro resultou de um conjunto de observações escritas após uma longa viagem às Américas, com o intuito de conhecer os Estados Unidos e seu regime democrático (MARTINEAU, 1837), porém, ela fez uso de memórias de suas outras viagens, notícias e literatura para exemplificar suas considerações. Como bem lembra a “Propaganda”, que antecede o livro propriamente dito, não se tratava de uma iniciativa que ela empreendeu sozinha (MARTINEAU, 1838; 2021). Seu texto fazia parte de uma coleção sobre *Como observar*, escrita para viajantes acadêmicos ou leigos, sobre diversos conteúdos e Martineau foi a responsável pelo segundo volume da série: “*morals and manners*”. A própria Martineau contou em sua autobiografia que um amigo a havia encomendado um capítulo com esse título, para um livro que pretendia organizar, mas que não foi concretizado. Ela teria passado a viagem de volta, em 1836, escrevendo o referido capítulo, que foi aproveitado para uma série. Em sua autobiografia, relatou o cansaço por não saber negar-se a contribuir com os que solicitavam análises e textos de sua autoria, além da dificuldade de se escrever a bordo de um navio (MARTINEAU, 1877b; 1896).

Nestes termos, confirmada a presença de Martineau no momento da fundação da Sociologia, sua vasta produção e a repercussão de sua obra, além de temas afeitos propriamente à constituição da *ciência da sociedade* (ressaltando aqui a preocupação com o processo de sistematização da observação social), resta demonstrado que nenhum argumento que contrarie sua contribuição e efetiva participação pode prosperar para afastá-la do cânone ou da condição de clássica das Ciências Sociais.

3) Preparação intelectual, generalização e verdade

A escrita de Martineau é bastante peculiar, embora logicamente, sofra influências de sua época. A partir de um texto bem estruturado, com temas e subtemas propositadamente sequenciados, teses claras e intencionalidade, seu texto consegue ser transparente, didático e denso. Ou, “[...] *uma astuta teórica de sociologia, metodologista e analista de primeira ordem*” (HILL, 1991, p. 289). Em *Como observar*, Martineau estabeleceu protocolos de cientificidade, sendo conhecida como uma socióloga prática (HILL, 1991) e talvez a autora do primeiro tratado sobre metodologia da pesquisa social, como afirmaram Seymour Martin Lipset (*apud* MCDONALD, 1998) e Michael R. Hill (1991).

O primeiro tópico desse livro, “Requisitos para observação”, foi dividido pela autora em três categorias: a) *filosóficos*; b) *morais*; c) *mecânicos*. Por sua vez, os “*Requisitos filosóficos*” foram apresentados ao leitor em quatro seções, sobre as quais tratarei de agora em diante. Cabe ressaltar que Martineau nomeava *filosóficos* aos elementos que hoje reconhecemos como sociológicos. Contudo, à época, ainda não havia uma definição a respeito, lembrando que as demais ciências humanas e sociais foram desmembradas da Filosofia (ADORNO, 2008), num processo que não ocorreu de modo abrupto. Esse subtema engloba assuntos complexos que Martineau elencava e relacionava ao tema principal, em um ir e vir sem perder de vista o núcleo em torno do qual a discussão estava sendo desenvolvida.

Um desses temas é a noção de *verdade* que aparece já na introdução do livro: “[...] *tão fácil perdê-la quanto encontrá-la*” (MARTINEAU, 2021, p. 25). Dos motivos apresentados pela autora para tal assertiva, um se deve ao fato de que a *verdade* é apurada pelos nossos sentidos, no entanto, seria possível contornar essa situação, na medida em que nossos sentidos poderiam ser treinados, assim como a nossa capacidade de organização dos dados apurados. Portanto, não bastava estar na hora e no momento certo, sendo necessário se preparar para compreender o que os seus sentidos captam. A esse treinamento, Martineau denominou *preparação intelectual* ou *requisitos filosóficos*: “*O observador de homens e costumes permanece tão necessitado de preparação intelectual como qualquer outro estudante. Isto não é, de fato, geralmente suposto,*

e uma multidão de viajantes age como se não fosse verdade.” (MARTINEAU, 2021, p. 25). Sua preocupação com a preparação chegava ao ponto de afirmar que o *viajante não filosófico* interpreta as *classes de fatos* pior do que os viajantes surdos e mudos, ao não se preparar para empreender o processo de observação e relato, advogando que a carência de um sentido pode ser suprida ou contornada, mas o despreparo não.

Outrossim, Martineau escreveu a obra objeto deste artigo em 1836, vindo a publicá-la em 1838. Nela, retratou as preocupações e experiências em uma de suas importantes viagens a campo, que foi profícua o suficiente para produzir também *Society in America* (1837) e *Retrospect of Western Travel* (1838). Ao longo da leitura, fica claro que ela escreveu sobre sua experiência em observar os fenômenos sociais e as dificuldades que encontrava, mas que também demonstrou diálogo e conhecimento do trabalho tanto de escritores clássicos e seus contemporâneos, quanto de outros viajantes. Interessante atentar para o fato de que, a princípio, existe em seu texto a diferenciação entre o *traveller* e o *tourist*, todavia, ela não se dedicou a estabelecer a diferença entre eles a partir de uma definição estrita e sintética, mas citando características capazes de identificar cada um dos tipos citados, método característico da autora aqui estudada, que tece sua explicação em partes que se relacionam e não são abordadas de forma estanque. Particularmente, o termo *viajante* é característico de uma época e representa o *observador*, cujo trabalho resultava das observações que procedia em suas viagens. Em alguns trechos específicos Martineau também o nomeou como “pesquisador” (MARTINEAU, 2021, pp. 61 e 101).

E aqui cabe uma atenção mais demorada sobre dois outros aspectos que sucedem a questão da *verdade* e da *preparação para observação* na obra em pauta. Primeiro, Martineau não falava nem em *fatos sociais*, nem em *fenômenos sociais*. Os termos de maior destaque em *Como observar* são *classes de fatos*, *fatos gerais*, *morais e costumes*, tendo citado, ainda, os *sistemas sociais* (MARTINEAU, 2021, *passim*). Martineau alegava que costumes e morais não foram apartados em seu texto porque “são inseparáveis” ou “deixam de ter significado quando separados”, já que os costumes seriam manifestações das morais. Ao mesmo tempo, afirmava que relatar costumes é uma ação de um não filósofo e não observador. Desse modo, para quem

estuda “os princípios das morais”, “os costumes são um índice” (MARTINEAU, 2021, pp. 138, 146, 169 e 223).

Quanto ao conteúdo do livro *Como observar*, não restam dúvidas de que Martineau produziu o que hoje chamamos Sociologia e isso fica cada vez mais claro ao adentrar sua obra (HILL, 1991; ROSSI, 1973; MCDONALD, 1998, 2019): ela estudou as relações sociais, a partir das instituições sociais e sua relação com o comportamento social em cada povo e território, considerando seus costumes, já que a contingência era muito valorizada em sua análise. Além disso, o que nós hoje corriqueiramente chamamos *pesquisa de campo*, não existia em sua época, como concebemos na atualidade, mesmo assim, chama a atenção o fato de que Martineau falava diretamente sobre pesquisa, pesquisadores e *ciência da sociedade*.

Porém, vejam, existia a figura dos *viajantes* e seus *diários de viagem*, aos quais teóricos recorriam, entre outras fontes, para fazer análise social. A própria Martineau foi uma viajante, que propôs uma qualificação e um pensar sobre essa atividade, colocando-a como objeto a ser analisado e questionado. São, portanto, características únicas e revolucionárias para sua época. Martineau não somente foi uma das primeiras pesquisadoras sociais que existiu como se dedicou a pensar o processo e o produto de suas observações, reconhecendo os observados como agentes, não como coisas (MARTINEAU, 2021).

No livro *Como observar*, fazendo uso de uma boa ironia, a autora citou vários exemplos e casos hipotéticos para demonstrar seus pressupostos, inclusive, sobre a importância e a característica *sui generis* da observação social, tantas vezes banalizada. Martineau também conseguiu mostrar a especificidade das ciências conhecidas até meados do século XIX, seus objetos e o respeito da sociedade pelos desenvolvimentos alcançados por cada uma. Por outro lado, fica claro o fato de que a observação social, embora fosse “[...] *a menos cultivada, a menos definitiva, a menos incerta em si mesma, e a mais difícil em sua aplicação*” era, segundo ela, também a mais banalizada na sua prática e quanto aos resultados obtidos até meados do século XIX (MARTINEAU, 2021, p. 26). Inobstante tudo isso, relatou o fato de que os *viajantes* falhavam quanto a considerar a necessidade do preparo e da organização para ir a campo, mas também ignoravam por completo essa que ela nomeava como *ciência da moral e dos costumes*, cujo conteúdo e prática lembram diretamente

os padrões sociológicos e antropológicos de análise e pesquisa.

Depreende-se de tal recorte a perspectiva relativista de Martineau, a preocupação com *as práticas de generalização* a respeito da condição social dos diversos povos e a necessidade de compreender que existem *princípios da moral*, os quais devem ser considerados pelo observador de homens. Segundo ela, não devemos buscar *generalizações*, mas “indicações gerais”, já que as “conclusões” são inevitáveis. Atenta às *generalizações* de toda ordem, Martineau falou sobre sua precariedade e como refletem mais sobre como pensa o observador do que como é o objeto pesquisado. Afinal, o observador experiente saberia distinguir entre o que ele vê e ouve em um dado momento e o que é a realidade em si. Consequentemente, não estaria afeito a generalizar percepções momentâneas e particularidades como se fossem características de um dado povo ou regras abstratas universais. Por outro lado, um observador inexperiente e ignorante da realidade social não seria capaz de perceber a complexidade da vida social e, por isso mesmo, ao enunciar explicações sobre o mundo social demonstraria mais de si: ignorância ou boa formação; características psicológicas; domínio ou alienação com relação ao tema; reprodução de preconceitos ou criticidade; entre outros (MARTINEAU, 2021, p. 26).

A esse respeito Martineau discutiu a legitimidade de quem fala e sobre os recortes da realidade a partir de interesses. No entanto, foi além e discutiu a relação problemática entre *amostra* e *universo* pesquisado. Com esse intento, demonstrou que nem toda pesquisa seria representativa da realidade social e as entrevistas, ainda que bem-feitas, precisariam ser realizadas a partir da relação com o todo, enunciando a necessidade de atenção para com o padrão da amostra. Todavia, não se contentou com tal avaliação e questionou se era possível compreender algo da realidade social, fosse familiar ou estranha, próxima ou distante, num tempo curto ou longo de observação. Dessa forma, começou a discutir o que não fazer no ato de observar a sociedade e a primeira questão destacada afirmava que ao *viajante* não caberia ser peremptório, definitivo.

Além disso, Martineau estabeleceu uma associação entre o erro da pressa e a *generalização* (MARTINEAU, 2021, p. 15, 16, 29, 30 e 239). Conquanto, nesse aspecto, ela comparou o estudante ou cientista, de um lado, com o viajante, afirmando que este último tinha alcance

popular e servia também a pensadores e leitores acrítricos. Martineau chegou a discorrer sobre como funciona a proposição, aceitação e reprodução de assertivas contraposta à sua desconstrução, alegando o tempo e prejuízos causados pelo erro da *generalização*. Não obstante, asseverou que na academia existiam formas protocolares de acomodação dos erros, o que não ocorreria com relação aos dados publicizados pelos viajantes. Assim, na academia, ainda que levasse tempo e causasse algum estrago, existia a possibilidade pública de identificação do erro e retratação. Mas os relatos de viagens eram populares e os *julgamentos de valor* que emitiam propagavam-se rapidamente, sem condições de reversão (MARTINEAU, 2021).

Essas *generalizações* foram diferenciadas por Martineau em dois tipos: apressadas e seguras. Portanto, não excluiu por completo as *generalizações* como produto da observação social. Porém, estabeleceu critérios e chamou atenção para o fato de que nem toda *generalização* tem fundamento na observação social, podendo, ser resultante, inclusive, de uma incapacidade em se pensar o social. Em todo caso, asseverou que não era o papel do observador social realizá-la, mas fornecer exemplos, os quais seriam úteis a “um cauteloso filósofo” (MARTINEAU, 2021, p. 30). Não se depreende disso que Martineau ignorasse sua posição de filósofa, posto que pensava o processo de uma ponta a outra. Nem tampouco que ao filósofo não coubesse observar e ao viajante não coubesse analisar. Contudo, destacou os elementos e momentos inerentes a cada papel e função, de modo bastante programático. Segundo a autora, a *generalização* não seria função do viajante, sendo seus relatos por si só importantes, dando notícias da variedade de comportamentos e costumes sociais. Ao mesmo tempo, alfinetou que o dever do *viajante* é “*ser útil ao invés de brilhar*” (MARTINEAU, 2021, p. 31), falando sobre a vaidade e a imaturidade, a necessidade de expor menos e analisar com mais cautela se os resultados auferidos de fato procediam e se eram válidos.

Desse modo, introduziu o tema da importância, dificuldade, mas também da forma como se fazia e deveria fazer a *observação social*, colocando não só o objeto de observação em discussão, mas também a conduta do próprio observador. Tendo em vista esses apontamentos, se debruçou sobre “[...] *quais requisitos o viajante deve ter certeza que possui antes de se comprometer a oferecer observações sobre as morais*

e costumes de um povo” (MARTINEAU, 2021, p. 35), passando a elencar pressupostos.

Primeiro, deve saber claramente o que deseja conhecer, já que a descoberta aleatória, pode até ser uma constante em outras ciências, mas não na observação dos “sistemas sociais” (MARTINEAU, 2021, p. 35 e 50). Quem vai a campo sabe mais ou menos o que provavelmente encontrará, mas não se dá conta de que o que importa é como esses elementos se relacionam entre si e como isso repercute em quem os observa: afinidade, desprezo, preconceito, loucura, asco e julgamento. Essas duas relações, das coisas (MARTINEAU, 2021, *passim*) entre si e delas para com o observador, colocando este como um agente que interfere no meio e sofre interferência deste, de fato, configuram uma concepção bastante contemporânea.

Segundo, deve equipar-se com os meios necessários para alcançar o conhecimento pretendido, o que implica não confiar apenas nos sentidos naturais ao ser humano: visão, audição e capacidade cognitiva. Decorre de tal citação a necessidade do esclarecimento e da disciplina, além de *princípios* que ajudem o observador a entender como os fatos observados se relacionam. Considerando que a capacidade analítica e de concentração pode suprir a falta de alguns dos sentidos humanos, Martineau realizou a diferenciação entre dois tipos de *viajantes*: o *não filósofico* e o *filosófico*. Em todo caso, asseverou o importante papel dos relatos produzidos por qualquer viajante, ainda que este não tivesse grandes ambições. Além desses dois tipos de viajante, falava também sobre o “viajante filantrópico” (MARTINEAU, 2021, p. 68), estatística e análise de dados, clima e condições de trabalho como variantes que interferem no temperamento do observador e a importância dos registros sobre a vida social, restando claro que valorizava tanto o aspecto quantitativo quanto o qualitativo da análise social.

Terceiro, a diferença entre um viajante filósofo e um despreparado também diz respeito à noção de *sentido moral* concebida por eles: se a partir da investigação das leis que definem como esse sentimento de certo e errado se desenvolve nos homens ou se a partir de noções populares e vagas. Em razão disso, Martineau citou não só a diversidade humana, entre nações e povos de toda sorte, como também acrescentou a perspectiva histórica.

Por fim, o viajante precisa observar os modos de conduta predominantes no território observado.

Sabendo que se as leis da natureza são comuns a todos, é na contingência que se modelam as condutas, cuja origem pode ou não ser rastreável. Implica dizer que, de acordo com a autora, se passível de investigação, que o pesquisador se familiarize com o tema. No entanto, se a investigação for obscura, que, ele não se aproveite desse fato para estigmatizar indivíduos e povos devido à sua própria ignorância.

Na esteira dessa discussão, Martineau retomou a diferenciação entre *observador filósofico* e *observador não filósofico*. Embora os exemplos que Martineau trouxe para o debate fossem relativos à sua vivência, eles servem muito bem para demonstrar a discussão ainda hoje. Por fim, a autora argumentou sobre os *requisitos mecânicos* e como eles interferem no resultado da observação, elegendo o viajante a pé, como aquele que reúne as melhores condições para visualizar a realidade local, mas também de contactar os indivíduos que estarão mais dispostos a prestar-lhe informações. Obviamente, as outras opções são inerentes ao que vislumbrava como possibilidade em sua época: a pé, de carruagem, de trem ou a cavalo. Lembrando que nós estamos falando sobre um livro publicado em 1838, que problematizou a atividade do *viajante filósofo*, disposto a conhecer um povo num dado território.

Nesse sentido, o apontamento de Martineau é muito bem-vindo, posto que é um modelo não dogmático, que noticia parte da história da metodologia e da pesquisa social. Se, atualmente, o observador vai a campo com um recorte definido e um levantamento prévio, compatíveis com as referências martineauianas, a sua permanência e retorno nos locais pesquisados também é mais demorada. Ao cabo, sem fazermos qualquer referência a Martineau, institucionalizamos a sua perspectiva com relação aos meios de se observar e estar no campo de pesquisa, conversar com indivíduos que formem uma amostra representativa da sociedade, observar as instituições e como elas configuram ou moldam o comportamento social.

Tão importante quanto é a recomendação da autora a abdicar do *status* para conhecer melhor a realidade que está contactando. Acaso isso não fosse possível, asseverou, deveria o observador conversar com quem encontrasse pela rota e não seguir apenas os caminhos pré-estabelecidos. Outro ponto destacado por Martineau são as perspectivas ou os locais de onde o pesquisador se coloca para analisar uma dada *classe de fatos*. Em outras palavras, novamente reconheceu

que as conclusões e interpretações sobre a realidade social são relativas e dependem do recorte, da posição do observador em relação ao fato. Além disso, entender a cultura e a língua dos locais permitiria o contato sem intermediários, mesmo que não o tornasse um nativo. Também impediria que, por desconhecimento, o observador distorcesse os fatos, enaltecendo-os ou desprezando-os. Por outro lado, Martineau entendia que era relativamente fácil compreender a língua estrangeira, mas difícil alcançar uma boa expressão dela, posto que língua e percepção de mundo estão relacionadas e os significados atribuídos aos signos linguísticos num dado período histórico não são os mesmos de outros. Some-se a isso o fato de que a forma da fala, a construção frasal e a estrutura dos argumentos são diversas. Porém, conhecer o idioma não resolve tudo, sendo preciso ser sociável, característica também moldada pelos costumes.

4) Julgamento de valor, princípios e simpatia

Aparentemente, Martineau não expressava encarnar moralismos ou religiosidade. O texto dela é liso, sem rebuscamentos ou reverências e não é prolixo. No entanto, não remetia à *neutralidade*, mas à reflexividade e à simpatia, pois falava em questionamento de si mesmo, do que se vê e do olhar do observador, corrompido ou não pelos *vícios*, embora alguns comentadores entendam haver referência à imparcialidade e à neutralidade em sua obra (MIGUEL, 2017; DAFLON e CAMPOS, 2020), o que eu não reconheço. No texto observamos dois momentos em que o tema é abordado.

O que somos? Como olhamos o que nos é estranho? Demonstramos preconceito, asco ou repulsa? Estas são apenas algumas das questões que Martineau destaca. Aos olhos de hoje nós responderíamos: essa é uma referência à *neutralidade de valores, etnocentrismo e viés*, algo já supostamente superado e consensualmente assentado. Contudo, Martineau não abordou o assunto dessa forma: não afirmou que devemos nos despir dos valores, nem os controlar. A solução martineauiana é a *simpatia*, se formos literais na tradução, ou a *empatia*, se realizarmos uma análise da escolha do termo no contexto e frente aos pressupostos expressados. Nas palavras da autora: “O observador deverá ter simpatia; e sua simpatia deve ser destravada e sem reservas” (MARTINEAU, 2021, p. 62). Esse conceito é muito

importante em sua obra e nevrálgico à percepção de seu método como uma *tipologia empático relativista* (ALCÂNTARA, 2021). *Empático* exatamente por não se impor como referência ou padrão para o qual supostamente caminhariam todos os povos, carregando consigo a consciência de que não cabe ao pesquisador julgar ou promover valores, mas observar, relatar e compreender. E, é *relativista*, na medida em que não busca a comparação, mas a compreensão de que existem vários modelos atuando concomitantemente e que não caberia compará-los entre si, mas a princípios que orientam e fundamentam a análise.

Inobstante, Martineau definiu esse elemento como característico da observação de “morais e costumes”, podendo todo tipo de pesquisa dele prescindir, exceto a *ciência da sociedade*. É possível que ocorra uma tentativa de ridicularizar Martineau, alegando uma romantização da realidade, pouco afeita à ciência, pelas referências aos termos “simpatia” e “corações” presentes em umas poucas passagens de sua obra. Entretanto, tal afirmação não procede e Martineau não usava termos com tal conotação, pois, como qualquer outro viajante, se valia do vocabulário e semântica disponíveis em sua época. O que nomeou como “coração humano”, em suas palavras, é “o desenvolvimento universal da mente e da vida” (MARTINEAU, 2021, p. 62). Em outras palavras, a essência, de como as pessoas pensam, sentem e avaliam o mundo a sua volta e a si mesmas, enquanto por *simpathy* devemos ler *empatia*. Ela se justificou afirmando que a natureza humana é a mesma em todo lugar e o que torna as sociedades tão diversas é a contingência das condições. Obviamente, essa é uma referência não só aos costumes, mas às instituições políticas e sociais em geral.

De acordo com Martineau, a *simpatia* promoveria a confiança entre observador e observado, o que renderia, ao primeiro, acesso a informações e locais indisponíveis aos contatos superficiais. Caberia, então, a quem observa, adotar uma postura simpática, que lhe permitisse se aproximar dos observados, galgando postos privilegiados para a observação. Vale dizer, posturas empáticas capazes de demonstrar relação de confiança com o interlocutor nativo, para superar as barreiras de comunicação impostas: “Viajante livre de preconceitos e egoísmo grosseiro” (MARTINEAU, 2021, p. 229).

Martineau forneceu, como complemento, aos seus contemporâneos, vários exemplos de povos e

tradições mundo afora. Além disso, insistiu fortemente na noção de que a relação entre observador e observados condicionava o tipo e a quantidade de informações obtidas, mas não apenas isso, também a qualidade e profundidade das informações: qual o fundamento e o significado dos “signos” observados. Asseverou o quão importante era a atenção e crítica do observador quanto às suas condições de observação, por exemplo, quanto ao seu conhecimento e às suas características psicológicas (MARTINEAU, 2021, p. 67). Ainda sobre as condições morais necessárias ao observador, Martineau afirmou que a formação moral dele condicionava como enxergava um país, um povo ou uma pessoa. Assim sendo, defendia que o que cada observador relatava dizia mais sobre si mesmo do que sobre o que observava. Em várias passagens do livro Martineau expressou essa concepção acerca da ligação entre nossa formação moral (que englobaria, no vocabulário contemporâneo, elementos psicológicos e sociais) e o olhar do observador. Existiria, então, o reconhecimento quanto ao recorte da realidade, bem como quanto à significação atribuída aos fatos observados, devidos ao olhar viciado do estrangeiro, em razão da sua própria condição pessoal.

Num segundo momento, o *juízo de valor* aparece na obra *Como observar* classificando uma dada instituição ou comportamento, como no exemplo: “refinada civilização” ou “leviandade e grosseria pagãs” (MARTINEAU, 2021, pp. 88 e 170). Outro exemplo ocorre quando ela associa filhos a casamento e o contrário à falta de bem-estar moral e de educação (MARTINEAU, 2021, p. 173). Em outra passagem, mencionou que “um marido mais uma esposa” é o “bem-sucedido método natural” (MARTINEAU, 2021, p. 174). Nesses momentos não parece haver uma manifestação crítica sobre o motivo de os indivíduos seguirem tais normas sem questioná-las, pois Martineau não criticou o fundamento da própria instituição casamento, restringindo-se a análise do seu funcionamento, embora tenha dedicado um capítulo a discuti-lo junto à condição da mulher, apontando de forma veemente os prejuízos sociais acarretados pela falta de liberdade desta e da desigualdade entre os sexos.

Além disso, Martineau falava em “sentimento moral prevalecente” e “espécies corruptas de sentimentos” (MARTINEAU, 2021, p. 176), alegando que o observador deveria preocupar-se com “o que é prevalecente” e mostrar o caráter de um povo, afirmando que vários

“tipos” conviveriam simultaneamente. Caberia ao observador marcar se o que observava estaria mais próximo ou mais distante de “estado de morais”, “baixo” ou “alto”, pois, de acordo com ela, em cada sociedade os indivíduos estabeleciam um “acordo geral” sobre o que é “certo e errado”.

Nesses momentos parece haver o risco de a própria autora descumprir suas orientações, por exemplo, quando se refere à “baixo tipo das morais”, ordem “inferior” ou “superior”, “baixo grau de civilização” e “baixo estado” de morais e costumes (MARTINEAU, 2021, pp. 104, 107, 93 e 143). Além disso, Martineau, em um dado trecho, refere-se às “qualidades morais infantis” e que as nações e comunidades estavam usufruindo de “qualidades morais mais baixas” (MARTINEAU, 2021, p. 121). Em outro, cita “baixo estado de sentimento religioso” e “baixo estado moral” (MARTINEAU, 2021, p. 93). Não parece ser algo defensável, como, por exemplo, ao falar sobre alguns povos possuem morais “inferiores” ou “comunidade de moral realmente elevada”, “abatimento moral, maior ou menor” e “elevação moral e pureza” (MARTINEAU, 2021, pp. 95, 112).

Se a primeira situação relatada não demonstrava estar eivada por um *juízo de valor*, na última, pelos trechos recortados da obra, não podemos ignorar que a autora se refere a uma suposta escala moral, caso contrário não haveria razão no uso dos termos “baixo” ou “inferior”. Também não fica claro, em *Como observar*, se Martineau esperava que tais comportamentos se elevassem a um nível “alto” ou “superior”, embora tenha feito referência direta à “progressão moral” (MARTINEAU, 2021, pp. 131 e 216). Todavia, a própria Martineau, explicou que classificar e marcar qual o nível do estado moral de cada povo por meio da observação e da comparação com os princípios das morais é o papel do pesquisador e, por esse motivo, novamente não estaria incorrendo em *juízo de valor*. O que intriga é que lhe parece, que ao adjetivar as morais em determinados lugares como baixas, inferiores ou infantis, não estaria incorrendo em *bias* ou *viés*, mas sim, como ela própria afirma, classificando de acordo com princípios e testando-os. Ressalto que as expressões mencionadas independem da parte da obra ou do tema que estava sendo trabalhado pela autora, na medida em que refletem uma postura classificatória e de qualificação, ou mesmo de adjetivação. Como a discussão em pauta refere-se à presença ou não

de *juízo de valor* numa obra que advoga pela inexistência desses em produções científicas da *ciência da sociedade*, falar em propósito ou contextualização da fala da autora não contribuiria para o questionamento posto.

Ao mesmo tempo, Martineau afirmou não ser objeto da observação social a comparação em si, pois a diversidade é ilimitada, cabendo ao observador usar o campo para testar *princípios* importantes e amplos. Ela propôs que um desses princípios fosse exatamente “a essência da felicidade humana”, afastando o risco de *juízo de valor* e mantendo o foco na relação entre a percepção geral do que é a busca num plano abstrato e como ela pode ser observada em cada território ou povo, como concepção e prática. Desse modo, se Comte previu a caminhada rumo ao *positivismo*, Tocqueville à *democracia* e Marx ao *comunismo*, para Martineau os povos têm por objetivo a realização do que compreendem ser a *felicidade humana*, o que não é definido num plano abstrato universal, mas de acordo com a contingência e de formas diferentes, em razão dos costumes (MARTINEAU, 2021, pp. 36, 37, 46, 215 e 223). Tal assertiva não decorre de um *juízo de valor* apenas pela referência ao termo *felicidade*, nem tampouco resulta de uma visão etnocêntrica. Cada sociedade identificava o que era a “felicidade humana” de um modo distinto, bem como os mecanismos para alcançá-la. Desse modo, o termo por si só apenas significa alcançar um estado de satisfação, o que hoje talvez chamássemos de *bem viver*. Conquanto Martineau tenha argumentado que o norte justificador e orientador dessa diversidade de arranjos é a *felicidade humana*, não deixou claro o que seria e apenas a caracterizou como uma busca. Parece imaginar que todos nós teríamos a mesma referência ou que a diversidade levaria ao mesmo resultado, sendo apenas a natureza deste último de caráter universal.

Se, por um lado, de fato, em alguns poucos momentos não centrais do texto existe o risco de um *juízo de valor*, por outro lado, é central ao mesmo texto a postura relativista e relacionista. Martineau categoricamente afirmava que quem julga é sectário e não teria conseguido se afastar do preconceito (sendo essa a diferença entre o *sectário* e o *filósofo*), alegando ser necessário excluir da análise o que denominou preconceito nacional e filosófico para que o observador conseguisse compreender a realidade. Todavia, isso não

implica advogar pela neutralidade e imparcialidade, mas sim pela objetividade.

De igual modo o *relativismo* aparece, novamente, ao questionar quais as “noções sumárias das morais”, más e boas, para orientar a análise dos *princípios* acima dos fatos. Não seria possível, então, separar a realidade social por uma linha imaginária que, de um lado, reunisse *vícios* e, de outro, *virtudes*. A referência aos *juízos de valor* reforça a perspectiva segundo a qual não caberia ao observador julgar as morais e costumes de um povo, devendo considerá-los como uma porção dos muitos exemplos possíveis. Inobstante, Martineau realizou uma diferenciação entre “ignorância e barbarismo”, de um lado, e “vício”, de outro. Ao mesmo tempo, se referiu a “melhor conhecimento” e ao fato de não existir um “universal e infalível sentido moral” (MARTINEAU, 2021, pp. 45-47).

Martineau delineou algo semelhante ao que sete décadas depois Weber chamou *tipo ideal*, se considerarmos que o mecanismo utilizado é o da construção de um elemento abstrato que pincele características observadas e presentes na realidade, mas que não é a realidade em si (WEBER, 2006). Martineau afirmava que para se compreender a realidade imediata era necessário pensá-la, abstratamente, a partir de *princípios*, que seriam utilizados pelo observador para comparar ao que encontrasse durante a pesquisa de campo. Em *Como observar*, algumas passagens exemplificam a utilização desse instrumento metodológico, como é o caso dos tipos de religião identificados por Harriet Martineau, quais sejam, *ascético, moderado e licencioso*, além das implicações destes para o comportamento social e para as classes, deixando claro que é relativo, não um dogma, além de comparar a religião com o tipo de governo equivalente ou que ela oportuniza. Não cabe discutir em que medida Martineau precedeu Weber quanto à aplicação dessa perspectiva metodológica ou outras correspondências, mas apenas asseverar que já em 1838 tal concepção estava disponível e era suficientemente conhecida. A comparação entre as obras, conceitos e perspectivas analíticas de Martineau em relação aos que a sucederam requer uma pesquisa específica à parte. De igual modo, cabe uma análise apartada sobre a sociologia da religião em Martineau e a tipologia que ela desenvolveu a respeito, embora aqui o intuito seja o de apenas situar a(o) leitora(r) no sentido de que tal tipologia encontra-se no capítulo

que se dedica a discutir a religião, inserido na Parte II, “O que observar”.

Portanto, ao mesmo tempo em que Martineau afirmou não ser devido comparar povos, mas fugir dos julgamentos e entender cada um a seu modo, como um exemplo, Martineau propôs a comparação entre um princípio abstrato e uma realidade observada. Em outras palavras, entendia o termo comparação em um sentido estrito, remetendo-o à relação coisa-coisa (que não caberia ao observador) ou coisa-princípios (inerente ao processo de observação): “*O viajante esclarecido, se ele explora somente um país, leva em sua mente a imagem de todos; pois, somente em sua relação com o todo da raça pode qualquer um povo ser julgado*” (MARTINEAU, 2021, p. 40).

Martineau falou muito em *princípios*, mas não informou a fonte, embora no correr do texto tenha citado alguns, sendo eles: princípio da centralização; princípio da economia da associação; princípio da associação; princípio da comunidade de propriedade; princípios gerais; princípios democráticos; princípios da administração da religião; princípio da consideração para o fraco; princípio da suprema consideração para o sentimento de autorrespeito no ofensor; princípio do sentimento caseiro; princípios que regulam a condição dos serviços domésticos; princípios livres; princípio da centralização em todo lugar; princípio do espírito fraternal; princípios representativos. Essa relação de princípios busca apenas exemplificar a aplicação que Martineau fez da premissa segundo a qual a realidade observada deve ser comparada à princípios claros, definidos. Não se trata de uma diferenciação trabalhada no texto, mas de referências textuais feitas pela autora e que aqui foram citadas para expressar o método. Cabe lembrar que a proposta de Martineau foi proceder uma análise sobre o método e não a aplicação do método.*

O viajante não poderia julgar, já que precisaria ser “liberal” e não teria que concordar com as práticas, precisando apenas relatá-las e compreendê-las. Para Martineau, ser liberal é: não adotar ou eleger padrões de comportamento como os únicos possíveis ou adequados e considerar a liberdade dos indivíduos e povos a esse respeito. Por isso, era crucial estar orientado por *princípios*, não por noções morais vagas. Contudo, de acordo com Martineau, existiriam apenas dois *princípios gerais*: 1) “a lei da natureza é a única pela qual a humanidade em geral pode ser julgada”; 2) “toda virtude ou vício predominante é o resultado

das circunstâncias particulares em meio das quais a sociedade existe”. Então, toma lugar na discussão o fato de existir ou não um “sentido moral universal entre os homens”, que seria incapaz de explicar a variedade de tipos de organização humana. Portanto, Martineau refutou a perspectiva abstrata, que abordava a humanidade a partir de um modelo moral devido ou desejado e focou na contingência. Todavia, afirmou que os *princípios* seriam as formulações generalísticas e é com eles que a realidade observada deveria ser comparada. Sendo assim, seria obrigatório conhecer os “princípios das morais” e tomar os costumes apenas como um “índice” (MARTINEAU, 2021, 39, 40 e 223). Desse modo, costumes não podem apenas ser relatados e tratados em separado das morais, pois os que se dedicam a relatá-los não seriam nem filósofos, nem observadores.

Também resta claro que Martineau chamou de *filosófica* a perspectiva que leva em conta a contingência, criticando a noção de que os indivíduos já nasceriam com as noções morais. Então, embora tenha nomeado a análise e conteúdo que apresenta como filosóficos, fosse hoje, estaríamos falando em elementos sociológicos. Não podemos nos esquecer que, para Martineau, a *ciência da sociedade* era uma parte da filosofia e tinha caráter filosófico, no entanto, essa relação de dependência ou independência não fica suficientemente clara nessa obra. Entretanto, Martineau distinguiu a existência de uma “moral universal” e “sentimentos universais”, o que me parece por si só característico de sua obra e uma contribuição relevante para o período.

Martineau também se dedicou a falar sobre a postura do observador, a contenção dos julgamentos e do etnocentrismo. Os atos considerados “bárbaros” não deveriam ser tratados com “desprezo”, mas sim com “uma leve compaixão”, pois não resultariam dos indivíduos e, sim, das circunstâncias sociais, podendo, então, os fatos serem alterados ao se mudarem as circunstâncias. Novamente, a autora realiza uma análise sociológica, considerando o contexto, referindo-se às instituições sociais e à relação dessas com o comportamento individual (MARTINEAU, 2021, pp. 44, 49, e 56).

Acerca dos *requisitos morais*, o primeiro ponto elencado pela autora é o da desnaturalização do processo de observação e da condição de quem se propõe a observar fenômenos sociais. Martineau alegava que uma observação “perfeita” só seria possível

se o observador também fosse “perfeito”. Como não existe essa possibilidade, e não somos capazes de nos libertarmos dos “preconceitos e perversões morais”, devemos investir na busca da descoberta e do aprendizado reconhecendo que nossa visão é “viciada”. Cabendo, portanto, a quem observa, destacar o que é mais comum num território ou povo (MARTINEAU, 2021, p. 61). Para que tudo isso ocorra é necessário que coloquemos em xeque o nosso preconceito. Martineau também jogou luz quanto aos preconceitos que recaem sobre o viajante e que o impedem de se socializar e, daí, usufruir das informações acessíveis a partir da convivência. O que remete à mesma condição da prática de observação, porém, não mais pelo olhar viciado do estrangeiro ou as condições morais do observador, mas pela incapacidade de se comunicar com indivíduos de outras sociedades.

Resta claro que Martineau falou sobre a ética e interesse pelo que se pesquisa em duas situações: necessária à tarefa de observação e não ser indiferente ao que se estuda. Implica dizer que *Como observar* não é apenas um tratado de metodologia (DAFLON e CAMPOS, 2020; MIGUEL, 2017), mas, também, de ética e nele Martineau destrincha os temas que indica como sendo centrais à investigação no campo da *ciência da sociedade*.

5) O que observar: coisas e discursos

O *relativismo* está presente de modo declarado em toda a obra de Martineau, embora não nomeado. É inegável que ela reconheceu essa conexão inextrincável entre todos os fenômenos sociais, ao mesmo tempo em que admitiu ser impossível a um observador dar conta de todos esses aspectos em um único estudo. Martineau enxergava em cada “classe de fatos” e “fatos gerais”, ou classe de fatos nacionais e classe particular de fatos, vários tipos que coexistiam, demonstrando que todo tipo de instituição se desenvolve de modo diferente em cada sociedade, devido às contingências e particularidades locais (MARTINEAU, 2021, pp. 138 e 227).

Outro pressuposto diz respeito ao fato de que a escuta não é tão simples quanto se imagina, pois é necessário que os testemunhos sejam de indivíduos representativos, o que dificilmente é possível. Novamente, aparece no texto a discussão sobre a *amostragem* e a qualidade dos informantes (isto é, sua

capacidade de representar o todo), mas também sobre os dilemas que os observadores enfrentavam (em quem acreditar? existe uma verdade?). Martineau também fez referência à classe e à educação dos informantes, as quais, se não forem representativas, levarão o observador a erro. Sendo de qualidade a amostra, certamente as opiniões expressadas refletiriam essas categorias de origem, o que levaria o observador à dúvida, pois as respostas poderiam ser plurais.

Não é por acaso que Martineau entendia que a análise das *coisas* deveria prevalecer sobre a análise dos discursos e afirmava que uma pesquisa não deveria começar pelo discurso, mas pelas coisas, sendo as entrevistas usadas para comentar e exemplificar os achados. Não implica dizer que Martineau não realizasse e não recomendasse a realização de entrevistas. Por outro lado, Martineau afirmava que os *discursos* são reunidos ou ecoam em instituições, que ela dividia em: políticas, religiosas e sociais. Essa assertiva demonstra parte da sua perspectiva institucionalista. Para ela, fatos estão relacionados a pessoas, mas podem ser visualizados nas coisas, já que as ações são “corporificadas e perpetuadas” nestas: “*Chegar aos fatos da condição de um povo através do discurso dos indivíduos é um empreendimento sem esperança. A pura verdade é – está começando na ponta errada.*” (MARTINEAU, 2021, p. 86). Assim, Martineau advertia que não é possível conhecer a realidade de um povo a partir dos *discursos* ouvidos dele. As *coisas* objetificadas como representativas de um ânimo social, de maneiras e costumes, demonstrariam as diferenças existentes entre países, regiões dentro de um mesmo país, locais centrais e interioranos, classes e outras categorias.

Por *coisas*, Martineau não se referia apenas a objetos, contemplando também hábitos e costumes, referindo-se ao que foi objetificado em construções, artes, ofícios, entre outros, mas também sobre o que foi institucionalizado no comportamento social e identificável pela observação. Como exemplo de *coisas*, para Martineau, podemos citar as formas dos locais de adoração; a condição do clérigo; as superstições populares; os dias de santos; relíquias e locais públicos.

Martineau acreditava que a *ciência da sociedade* não deveria buscar conhecer a natureza dos “agentes”, “mas as proporções nas quais eles estão combinados”. O “caráter do orgulho prevalecente” seria verificado com “qual classe de objetos é mantida em maior estima”

(MARTINEAU, 2021, pp. 36 e 131). Além disso, de acordo com ela, existem “interesses universais” e o observador precisaria observar como as contingências os modificariam. Por exemplo, os primeiros interesses universalmente observados são os domésticos, como o amor parental, que é encontrado em todos os lugares, mas diferentes são as suas formas de manifestação.

Sobre o que observar, ela especificou: “*Parece-me que as morais e costumes de uma nação podem ser incluídas no seguinte departamento de pesquisa — a religião das pessoas; as suas predominantes noções morais; o seu estado doméstico; a sua ideia de liberdade; e o seu progresso, atual ou em perspectiva.*” (MARTINEAU, 2021, p. 89). Some-se a isso o fato de que em *Como observar*, Martineau abordou não apenas questões metodológicas, mas grandes temas das Ciências Sociais: democracia; metodologia; religião e comportamento; suicídio; governo; educação; liberdade; justiça; crimes; casamento; classes. Resta a dúvida se Martineau teria sido influenciada por um “clima intelectual” (BOUDON, 1995), o que explicaria temas e alguns recortes em comum entre a perspectiva dela e de Tocqueville, por exemplo, ou se ela foi destacadamente a responsável por inaugurar a problematização de tais questões nos termos expressos anteriormente. Lembro que Martineau publicou obras significativas em 1837 e 1838, cujo trabalho perdurou por mais 40 anos. Desse modo, cronologicamente, em relação aos considerados clássicos (exceto Comte e Tocqueville), ela chamou para o debate recortes, temas, relações de causalidade até então naturalizadas, dogmatizadas ou mesmo ignoradas.

Como dito anteriormente, sobre o *discurso*, Martineau explicou que ele serviria para comentar o que foi observado e não serviria para começar o trabalho. Além disso, falava sobre entrevistar todo tipo de pessoas, para tentar identificar o que denominava o “discurso geral” existente em cada país e o que interessava a elas. Todavia, o problema do *discurso* centra-se no fato de ele ser ou não uma *amostra* representativa do todo, ao mesmo tempo em que tem a vantagem de conhecer e clarear questões específicas. Com base nisso, é fácil compreender que Martineau não ignorava os relatos e os dados produzidos pelas entrevistas para enaltecer a observação das *coisas*. Caberia, então, ao observador, primeiro “observar classes de fatos”, depois considerar o *discurso*, conquanto que, para captar o *discurso* dos indivíduos, o viajante se preparasse:

“manter sua imparcialidade” e “não fazer injustiça a questões ou pessoas por bias”; “conversar com todos os tipos de pessoas”; enfrentar o cansaço e ter consciência de como isso pode atrapalhar o resultado; formular as perguntas com antecedência; organizar o trabalho e, com isso, diminuir a interferência do humor e do cansaço (MARTINEAU, 2021, pp. 30, 232, 237, 239 e 240).

6) Considerações Finais

É inquestionável o fato de que as sociólogas clássicas foram apagadas da história da Sociologia, dando a impressão de que as mulheres não participaram de sua fundação e sempre foram periféricas. Tal percepção decorre de um dos maiores mitos da Sociologia: a história da Sociologia se confunde com o próprio cânone. Pelo marco temporal, inegavelmente, Martineau foi a primeira pesquisadora de campo, e, se considerarmos a categoria viajantes, no rol geral, perderá apenas para Tocqueville, dentro do que atualmente conhecemos da história da Sociologia. Isso porque Tocqueville publicou “Da democracia na América”, em 1835, e Martineau “Society in America”, em 1837. Recorrendo, ainda, ao critério temporal, enquanto Comte se dedicava ao “Curso de Filosofia Positiva” (1830-1842), Martineau escreveu ao menos quatro grandes obras de caráter sociológico em 1837 e 1838. Isso a coloca no lugar do fato: a fundação da Sociologia. Inobstante, também demonstra como ela disputa ombro a ombro com os reconhecidos fundadores em quantidade, qualidade e repercussão das obras.

O cânone é uma escolha política, intencional ou não, que foi institucionalizada, mas que reflete pouco ou nada critérios objetivos sociologicamente orientados. Quanto ao conteúdo, Martineau realizou uma análise sociológica, se considerarmos por referência alguns dos conceitos clássicos da própria Sociologia e como o fazer sociológico é caracterizado. Ela realizou uma análise sistemática do trabalho que empreendeu, legando-nos importantes considerações a respeito. Entre as *coisas* e *discursos*, Martineau elencou vários temas e elementos pertinentes a eles, para os quais, necessariamente, o observador deveria ficar atento. Dentre tais, destacou a religião, a educação, o governo, as classes, a condição das mulheres, a liberdade, os tipos de caridade, as artes e as invenções. Não bastasse isso, além de analisar o que observar dedicou-se a considerar como proceder.

Desse modo, indicou que a *simpatia* era necessária para compreender o que se vê e que os pensamentos filosóficos resultariam da observação como uma espécie de generalização pautada na comparação entre os fatos e os princípios.

Em decorrência, resta claro que precisamos reescrever a história da Sociologia e não parece haver muito interesse em fazer isso, salvo algumas iniciativas isoladas e não institucionalizadas. Além disso, as mudanças nos currículos de formação e a inserção da temática nos eixos teóricos dos editais de concursos públicos são uma medida inconteste para que possamos mudar essa realidade. A aproximação da comemoração dos 200 de fundação da Sociologia é uma excelente oportunidade para pautarmos esse debate.

7) Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

ALATAS, Syed F.; SINHÁ, Vineeta. **Sociology theory beyond the cannon**. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

ALCÂNTARA, Fernanda H. C. Harriet Martineau (1802-1876): a analista social que inaugurou a Sociologia. **Revista Estudos Ibero-americanos**, v 47, n 03, 2021.

ARANGO, Luz G.. Tiene sexo la sociologia? **Revista Sociedad y Economía**, n 08, 2005.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

BOUDON, Raymond. (org.) **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. São Paulo: EDUSP, 2008.

COMTE, Auguste. **Auguste Comte (1798-1857)**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CONNELL, Raywell. A iminente revolução na teoria social. **RBCS**, 27, 80, 2012.

------. Why is classical theory classical?. **The American journal of Sociology**, 102, 06, 1997.

DAFLON, Verônica T.; CAMPOS, Luna R.. Gênero e

conhecimento. **Estudos históricos**, 33, 70, 2020.

DEBIA, Eliana. Notas sobre violência de gênero y enseñanza de la sociología clásica en universidades nacionales públicas argentinas. **De practicas e discursos**, ano 08, 12, 2019.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2008.

------. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FRITSCH, Jon Eric. **Did Harriet Martineau's sociological methods influence Emile Durkheim's sociological methods?**. Virginia State University, Masters of Science in Sociology, 1995.

HILL, Michael R. Empiricism and reason in Harriet Martineau's sociology. In.: MARTINEAU, **How to observe**. New Brunswick, Transaction Books, 1989.

------. Harriet Martineau (1802-1876). In.: DEEGAN, Mary Jo (ed.), **Women in Sociology**. New York, Greenwood Press, 1991.

MARTINEAU, Harriet. **Como observar: morais e costumes**. Governador Valadares: Editora Fernanda H. C. Alcântara, 2021.

------. **Harriet Martineau's autobiography**. Boston: James R. Osgood & Co., vol. I, 1877a.

------. **Harriet Martineau's autobiography**. Boston: James R. Osgood & Co., vol. II, 1877b.

------. **The positive philosophy of Auguste Comte**. London: George Bell & Sons, 1896.

Mc DONALD, Lynn. Sociological theory. **The American Sociologist**, 50, 03, 2019.

------. **The early origins of the social sciences**. McGill-Queen's University Press, 1993.

------. (ed.) **Women theorists on society and politics**. Ontário: Wilfrid Laurier University Press, 1998.

MIGUEL, Lorena M. dos S.. Harriet Martineau. **cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, 16, 11, 2017.

ROSSI, Alice. **The feminist papers**. New York: Batam Books, 1973.

SILVEIRINHA, Maria João; FERREIRA, Virgínia. Harriet Martineau. In: Garcia; Martins (orgs.), **Lições de Sociologia Clássica**. Lisboa, Edições 70, 2019.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

8) Fontes

Martineau Society. <https://martineausociety.co.uk/>